



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU**

**EM**

**Controle Externo nas  
Concessões de Serviços  
Públicos**

**Fundação ENA - Escola de Governo**

Florianópolis, julho de 2011.

# ÍNDICE

---

## **I. Dados de Identificação**

- a) Nome do Curso
- b) Categoria
- c) Modalidade
- d) Local de realização

## **II. Contextualização**

- a) Tradição da Pesquisa
- b) Produção científica e demais realizações acadêmico-científicas
- c) Atividades profissionais desenvolvidas por seus docentes

## **III. Justificativa**

## **IV. Coordenação Técnica e Administrativa**

- a) Coordenador Técnico
- b) Equipe Técnica e administrativa
- c) Representante Institucional

## **V. Organização do curso**

- a) Objetivos
  - a.1) Objetivo geral
  - a.2) Objetivos específicos
- b) Clientela
- c) Número de vagas mínimo e máximo.
- d) Data de início e término do curso
- e) Inscrições e matrículas
  - e.1) Local de inscrição e matrícula
  - e.2) Período de inscrição e matrícula
  - e.3) Valor da inscrição e matrícula
- f) Processo de seleção

- g) Investimento
- h) Critérios de avaliação do rendimento
  - h.1) Nas disciplinas
  - h.2) No curso
- i) Áreas de desenvolvimento das Monografias
- j) Disponibilidade de espaço físico incluindo laboratórios e material bibliográfico

## **VI. Estrutura curricular**

- a) Concepção geral
- b) Estruturação específica
  - b.1) Grade Curricular
  - b.2) Bibliografia.

## **VII. Corpo docente**

- a) Disciplina, perfil docente e titulação

## **VIII. Linhas de Pesquisa**

## **IX. Metodologia**

## **X. Sistema de Avaliação**

## **XI. Controle de Frequência**

## **XII. Certificação**

# I. Dados de Identificação

---

**a) Nome do Curso**

Curso de Especialização *Lato Sensu* em Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos

**b) Categoria**

*Especialização*

**c) Modalidade**

A pós-graduação lato sensu – curso de especialização – caracteriza-se pela formação de sujeitos em nível de especialização profissional, visando à capacitação e o aprimoramento em áreas específicas do saber. É um programa de estudo de curta duração e com flexibilidade curricular em termos de conteúdos, disciplinas e atividades acadêmicas. Para a conclusão do curso exige-se a apresentação de trabalho final individual sob a forma de monografia. De acordo com o art. 44, III, Lei 9394/1996, é aberta a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam as exigências das instituições de ensino. Caberá à ENA emitir os respectivos títulos, conforme delegação de atribuições conferida pelo Conselho Estadual de Educação, essa destinada a atender a modalidade *Especialização*.

**d) Local de realização**

ENA´ Brasil, Centro Empresarial Corporate Park - Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC

## II. Contextualização

---

### a) **Pertinência temática**

Atualmente com o desenvolvimento da sociedade em rede, e, as transformações decorrentes do fenômeno multifacetado da globalização, é possível verificar repercussões que vão reposicionar temas capitais para a Administração Pública, como os serviços públicos.

Este tema mereceu atenção profunda de cientistas de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que por detrás da noção de serviço público subjazem questões fundamentais da Ciência Política, árduos debates sobre os fins, encargos, funções e papéis do Estado, seus limites de atuação e o âmbito do controle externo apregoados pela ordem constitucional.

É importante reconhecer que a noção de serviço público veio se modificando ao longo do tempo, assumindo configurações e contornos diversos, variando em conformidade com as concepções majoritárias da vida política, econômica, social e cultural de cada comunidade, em cada momento histórico. A miscigenação desses diferentes posicionamentos oportunizou a formação de uma visão estratégica do Estado com atuação subsidiária, ou seja, influenciando, predominantemente, na regulação da atividade econômica e na prestação de serviços públicos, esta de forma indireta, por meio das concessões de serviços públicos.

A discussão sobre a concessão de serviços públicos e a forma como o controle externo, exercido pelos Tribunais de Contas, vai se pautar no Estado Regulador aparece fortalecida na esteira de um amplo processo de privatização, que na década de 80 e 90 acabou alcançando empresas estatais prestadoras de serviços públicos e, por outro lado na liberalização de alguns dos principais setores da economia, com a extinção parcial ou total dos monopólios estatais e a reserva de determinados mercados.

O assunto é inegavelmente atual, tendo em vista que, nesse processo, as noções, o regime e as formas de organização e de execução do controle externo nas concessões de serviços públicos acabam tendo que se reorganizar em face da opção pelo Estado Regulador. Gerando um novo momento de reflexão, suscitando debates e polêmicas, mas especialmente a necessidade de assimilação de novos conhecimentos que possam

viabilizar um controle externo eficiente, efetivo e eficaz, seguindo os preceitos basilares do princípio da eficiência na perseguição do interesse público, determinados na Constituição Federal de 1988.

Importa examinar as várias mudanças introduzidas nas concessões de serviços públicos em face do Estado Regulador, e, os novos contornos dados aos Tribunais de Contas em sua missão constitucional, definidas no gênero – controle externo.

Todos esses aspectos são objeto do presente projeto pedagógico de especialização, sem descuidar da análise histórica da evolução do serviço público e o seu regime jurídico, avaliando de uma perspectiva crítica, as causas que originaram um forte impacto de privatização, ainda que a titularidade do serviço seja sempre do Poder Público, quais os impactos ocasionados pela transformação operada na forma de conceber o controle externo dessas atividades.

Evidenciada a importância, atualidade e a oportunidade de se reestruturar o controle externo nas concessões de serviços públicos, impõe-se pesquisá-lo e desenvolvê-lo. Esta especialização representa um esforço de contribuição nesse sentido. Evidentemente o curso não tem a pretensão de esgotar a matéria, mas tão somente de propiciar reflexão, mais do que apresentar certezas.

Posto o objeto da especialização, apresenta-se uma síntese do modo com os assuntos serão tratados.

A especialização é formada por três módulos. No primeiro, a título de configuração jurídica tradicional do serviço público, serão abordadas as circunstâncias que possibilitaram o nascimento da noção de serviço público, com nascedouro na França, como “espinha dorsal” da atividade fim da Administração Pública; a formação e evolução da teoria clássica do serviço público e das concessões de serviços públicos; delineamento das crises, desembocando nos fatores que determinaram o surgimento do Estado Regulador, este por sua vez, com uma redefinição de seus papéis e funções.

Na segunda parte, realizar-se-á uma incursão sobre os aspectos financeiros aplicados às concessões de serviços públicos, bem como sua modelagem econômica e detalhamentos dos aspectos de engenharia voltados ao controle externo; metas de qualidade e segurança dos serviços prestados, além de métodos quantitativos, aplicados pelo controle externo, direcionados a satisfação dos usuários e/ou “consumidores” desses serviços.

Por derradeiro serão apresentadas conclusões finais, em proposições condicionadas pelo nível de aproveitamento dos servidores que pretendam galgar o título de especialistas em controle externo de concessões de serviços públicos.

**b) – Entidades promotoras da Especialização:**

A Escola de Governo – ENA, criada pela Lei Complementar n. 446, de 24 de junho de 2009, por meio de Convênio celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC e a *École Nationale D'Administration*, entidade francesa, tem como missão aperfeiçoar os servidores públicos, adotando como estratégia incorporar metodologias de ensino de Núcleos de Referência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – da *École Nationale D'Administration*.

O objetivo de buscar a elevação da qualidade e excelência, no âmbito do serviço público remete a realização de atividades da pós-graduação – pesquisa, orientação e ensino – refletindo o propósito precípua de sua vocação, ou seja, formar e capacitar servidores públicos de alto nível pragmático e teórico, em que o exercício da pesquisa se mostra salutar às atividades estratégicas do serviço público no estado de Santa Catarina. Nesse sentido a ENA se revela credenciada a promover e referida especialização.

### **III. Justificativa**

---

A carência de programas de aperfeiçoamento e de desenvolvimento profissional na área de concessões de serviços públicos tem sido apontada como um dos principais entraves à dinamização e à racionalização desses serviços, como decorrência a prática do controle externo, atribuído aos tribunais de contas.

Para colaborar no aprimoramento dessa questão, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina solicitou à Escola Nacional de Administração (ENA), voltada,

primordialmente, a capacitação dos servidores públicos, a realização de especialização focada na temática do “Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos”.

A ENA, atualmente, oferece diversos cursos de formação para servidores públicos do estado de Santa Catarina. Entre estes cursos está o Curso de Estudos Estratégicos em Administração Pública (CEEAP), que contém quatro módulos de formação: 1) Integração internacional, 2) Desenvolvimento e Territórios, 3) Gestão e Administração Pública, 4) Projeto de intervenção.

Este projeto de curso de pós-graduação *lato sensu* de Especialização em “Controle Externo das Concessões de Serviços Público” foi estruturado de forma a atender a uma demanda do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina por um programa de especialização *lato sensu* de seus servidores.

Espera-se deste curso uma formação acadêmica avançada e de qualidade, com titulação compatível, voltado para a qualificação funcional e profissional dos participantes e que atenda aos interesses e às necessidades de desenvolvimento técnico e institucional do Tribunal de Contas – TCE/SC.

O curso de especialização irá: 1) ajudar a cumprir os objetivos da ENA no que se refere a ensino de pós-graduação *lato sensu* 2) possibilitar aos servidores do TCE/SC a obtenção de título de especialista em Controle Externo nas Concessões de Serviço Públicos, assunto de importância prática e estratégica para o desenvolvimento das políticas públicas em Santa Catarina; 3) fortalecer a relação entre a Escola de Governo e o Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado.



## **IV. Coordenação Técnica e Administrativa**

---

- a) **Coordenador Técnico:**
  
- b) **Equipe Técnica e Administrativa:**  
Martha Kaschny Borges – ENA  
Junia Soares – ENA
  
- c) **Representante Institucional: Prof. Dr. Rubens Araújo de Oliveira –  
Presidente da ENA**

### **4.2 TCE/SC – Instituto de Contas**

- a) **Supervisão:** Cons. Adircélio de Moraes Ferreira Jr.
  
- b) **Coordenadora Técnica:** Joseane Aparecida Corrêa
  
- c) **Equipe Técnica e Administrativa:**  
  
Estelamaris De Carli Calgaro  
Davi Solonca  
Iamara Cristina Grossi Oliveira
  
- d) **Representante Institucional: Cons. Luiz Roberto Herbst**

## V. Organização do Curso

---

### a) Objetivos

#### a.1) Objetivo Geral

Focado na necessidade de implementar programas de capacitação direcionados à formação de servidores habilitados na elaboração de técnicas e processos inovadores, e, tendo em vista à imprescindibilidade de desenvolver a gestão pública em Santa Catarina, o curso de Especialização *Lato Sensu Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos*, tem o **objetivo** aperfeiçoar os servidores públicos do Tribunal de Contas – TCE/SC, por meio de elevados padrões de fiscalização e orientação que conduzam a economicidade e qualidade na prestação dos serviços públicos, tarefa essa determinada, constitucionalmente, ao controle externo.

#### a.2) Objetivos Específicos.

- Formar gestores públicos por meio de cursos e programas de capacitação e formação e de cursos de educação continuada, proporcionando-lhes a aquisição de conhecimentos e instrumentos técnicos, que contribuam para a elevação dos padrões de qualidade na fiscalização das concessões de serviços públicos;
- Formar servidores qualificados para as atividades técnicas, mas também aquelas relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento da educação continuada no TCE/SC;
- Desenvolver uma visão ampla e integrada da administração pública junto aos participantes, favorecendo a reflexão e o debate sobre a ética pública, a democracia, a cidadania e a responsabilidade do TCE/SC perante a sociedade e aos usuários de serviços públicos;
- Promover a prospecção e a difusão de novos conhecimentos sobre concessões de serviços públicos, em conformidade com o novo paradigma do “Estado Regulador”, por meio de estudos, eventos, e capacitação presencial em organizações públicas e privadas, contemplando aspectos jurídicos, financeiros, econômicos e de engenharia pertinentes ao tema;

**b) Clientela**

O curso é destinado aos servidores do TCE/SC.

**c) Número de vagas mínimo e máximo.**

O curso de Especialização em *Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos* será oferecido como um curso direcionado aos servidores do TCE/SC.

Cada turma será composta por 40 estudantes.

**a) Modalidade, carga horária e frequência**

A pós-graduação será presencial e totalizará 450 horas. A frequência às aulas teóricas, práticas, seminários e outras atividades obrigatórias programadas serão objeto de avaliação escolar. A frequência mínima obrigatória para cada disciplina será de 75%.

**e) Período e periodicidade**

O curso se desenvolverá em doze meses. As aulas teóricas, seminários, palestras e participação em eventos serão concentradas nos primeiros meses. Os meses restantes serão destinados à execução de investigação e à redação da monografia.

**d) Inscrições e matrículas:**

O curso de Especialização *Lato Sensu* em *Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos* será oferecido como curso direcionado ao TCE/SC, e os estudantes que poderão frequentar o curso serão aqueles selecionados por este órgão.

**e.1) Local de inscrição e matrícula**

As inscrições serão efetuadas na ENA, Centro Empresarial Corporate Park - Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC.

O período de inscrição e de matrícula será definido pela Fundação ENA e será divulgado.

**e.2) Valor da inscrição e matrícula**

A inscrição e a matrícula serão totalmente gratuitas.

**f) Processo de seleção**

A comissão indicada pelo Coordenador do Colegiado de Pós-Graduação *Lato Sensu*, designada pelo Presidente da ENA, poderá vetar a inscrição de qualquer candidato que não tenha os requisitos mínimos: 1) diploma de graduação.

**h) Critérios de avaliação do rendimento**

**h.1) Nas disciplinas**

A verificação de aprendizagem será realizada por disciplina mediante a realização de provas, testes, trabalhos individuais e/ou de grupos, em conformidade com os critérios prescritos nos planos de ensino de cada disciplina, e registradas na forma de notas de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno para ser aprovado em cada disciplina deverá ter uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da prevista para a disciplina, e nota final igual ou superior a 7,0 (sete virgula zero).

**h.2) No Curso**

Além da aprovação nas disciplinas que compõem o curso, para obter o título de Especialista o aluno deverá apresentar, ao término do conjunto de disciplinas, uma Monografia, observados os seguintes procedimentos:

- 1) As monografias serão elaboradas dentro das áreas descritas na letra “i” adiante;
- 2) As monografias deverão ser feitas sempre individualmente;
- 3) Até o encerramento das disciplinas, os alunos deverão elaborar o projeto de pesquisa e escolher um orientador. O projeto de pesquisa será avaliado nos aspectos acadêmico-metodológicos pela ENA e quanto à vinculação do tema as linhas de pesquisa, por comissão especialmente indicada pelo Instituto de Contas.
- 4) O prazo máximo para a entrega da monografia, em qualquer caso, é de 180 (cento e oitenta) dias após o término da última disciplina.
- 5) As monografias serão avaliadas em face de:
  - a) observância das normas de apresentação de trabalhos técnico-científicos da ABNT;
  - b) objetivos e estrutura proposta pela ENA/ICON - TCE;

- c) qualidade, clareza e objetividade do texto escrito;
- d) lógica da apresentação dos conteúdos (ordenação interna);
- e) criatividade, ideias inovadoras, capacidade de argumentação e relação com os conteúdos programáticos das disciplinas do Curso.

6) A avaliação será realizada pelo professor orientador e por um professor convidado, dentro de 30 dias a partir da entrega formal da Monografia à coordenação. A avaliação será a média das notas atribuídas pelos professores.

7) Será considerado aprovado na Monografia o aluno que obtiver o conceito “apto”.

8) Para receber o título de Especialista em *Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos* o aluno deverá ter sido aprovado em todas as disciplinas, e ter obtido conceito “apto” na Monografia.

**i) Áreas de desenvolvimento das Monografias:**

As Monografias a serem desenvolvidas, conforme fixado no item anterior, deverão abordar assunto pertinente a “*Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos*” dentro das seguintes áreas:

- Concessões – gênero e suas espécies (PPP’s);
- Regulação e as novas funções do Estado;
- Defesa dos interesses difusos nos serviços públicos concedidos.

**j) Disponibilidade de espaço físico, laboratórios e material bibliográfico**

O curso será oferecido integralmente na ENA, localizada na Rodovia SC 401, Km 9, nº 8600, *Corporate Park*, Bloco 7, CEP 88050-001 – Santo Antônio de Lisboa - Florianópolis – SC

A ENA conta com de 05 (cinco) salas de reunião para grupos de estudo, sendo 02 (duas) anexas à Biblioteca; 01 (uma) sala para professores; 03 (três) salas destinadas ao setor Administrativo Financeiro e Acadêmico; 12 (doze) banheiros, sendo 01 (um) para PNE; 02 (duas) copas; 02 (duas) recepções; 02 (duas) salas de integração; 03 (três) salas exclusivas para a realização de aulas e 02 (dois) Laboratórios de Informática.

A ENA possui 10 impressoras próprias e 2 locadas. As salas de reunião possuem TV LCD 42” mesa de reunião e impressoras.

As salas de aula, contam com todos os recursos instrucionais necessários às aulas: Lousa digital, data show, retro-projetor, computador em rede, sendo todas climatizadas. Uma das salas possui sistema Wireless.

A ENA possui 02 (dois) laboratórios de informática com área aproximada de 63 m<sup>2</sup> com 45 computadores, sendo:

Laboratório 1 – capacidade para 20 (vinte) alunos, com 21 (vinte e um) computadores Leader Tech 2 GB de HD 160 GB, monitor 17” e Lousa digital.

Laboratório 2 – capacidade para 23 (vinte e três) alunos, com 24 (vinte e quatro) computadores sendo 01 (um) Leader Tech 2 GB de HD 160 GB, monitor 17”; e Lousa digital.

Todas as áreas são climatizadas, com equipamentos em rede própria interligados à CIASC – Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina:

A ENA disponibiliza, ainda, de 06 (seis) *notebooks*:

03 (três) HP, 2.26 GHz, 1 GB, HD 160GB e monitor de 14”

03 (três) Lenovo 2.26 GHz, 1 GB, HD 160GB e monitor de 14”.

## **I.2 ) Material Bibliográfico**

A Biblioteca da ENA possui uma área de 120 m<sup>2</sup> com 8 mesas de estudo e duas salas exclusivas para pesquisas, conta com um acervo de aproximadamente 1200 livros.

## VI. Estrutura curricular

---

### a) **Concepção geral**

O currículo do curso foi estruturado de forma a conduzir o aluno à obtenção final do título de Especialista em *Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos*.

A estrutura curricular do curso está distribuída em doze meses de aulas com 450 (quatrocentas e cinquenta) horas/aula de conteúdo específico e de formação didático-pedagógica e metodológica. Outros seis meses estão dedicados à realização das Monografias.

As atividades do curso estão divididas em quatro módulos:

**Módulo de formação para o magistério superior:** contempla disciplinas fundamentais da metodologia científica e metodologia de ensino superior.

**Módulo introdutório:** contempla disciplinas vinculadas à regulação e concessões de serviços públicos;

**Módulo instrumental:** contempla disciplinas voltadas à passagem de ferramentas para o aperfeiçoamento do controle externo e qualidade dos serviços públicos concedidos.

**Monografia:** serão realizadas com orientação dos professores do curso, ou de professores externos ao curso, desde que aprovados pelo Colegiado de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Seguirão as linhas de pesquisa do curso (vide item VIII a seguir).

### b) **Estruturação específica**

O curso terá 12 (doze) meses de duração.

Cada turno de aula terá a duração de quatro horas/relógio, que corresponderá a 5,5 hora/aula. Para efeitos deste curso de pós-graduação adotar-se-á a hora/aula correspondente a 45 minutos.

**b.1) Grade Curricular:**

<b>Disciplina/Professor</b>	<b>Ementas</b>	<b>Carga horária</b>
	<b>Módulo de Formação para o Magistério Superior</b>	<b>45</b>
<i>1 - Metodologia da Pesquisa</i>	Ciência e método. Métodos e técnicas científicas. Processo de pesquisa. Estudos qualitativos e estudos quantitativos. Projeto de pesquisa: definição do objeto de estudo; delimitação do tema; problema de pesquisa; hipóteses/pressupostos/questões de pesquisa; identificação dos objetivos; justificativa do estudo. Construção do marco teórico referencial. Metodologia da pesquisa: delimitação da pesquisa; caracterização da pesquisa; universo/população e amostra (objeto de estudo/ambiente de estudo); instrumentos de coleta e tratamento dos dados (amostragem, observação, questionários, entrevistas, formulários, <i>checklist</i> , documentação); análise e interpretação dos dados. Análise dos dados (análise de conteúdo, análise descritiva, análise documental); Interpretação dos resultados; Estrutura de relatório e rigor metodológico. Redação científica. Artigos científicos.	30
<i>2 -Metodologia do Ensino Superior</i>	Universidade e ensino. A universidade no Brasil. Universidade, sociedade e desenvolvimento. Objetivos da educação moderna e contemporânea. Métodos e técnicas (estratégicas) de ensino. As várias concepções metodológicas da experiência educacional. Ampliação da aprendizagem. Didática do ensino superior. Avaliação da aprendizagem universitária. Ensino e informática.	15
	<b>Módulo Introdutório</b>	<b>105</b>
<i>3 – História do pensamento na Administração Pública</i>	Escolas do pensamento administrativo. Heranças intelectuais e políticas. Tradições do estudo de administração pública: administração pública antiga, gerencialista e novo serviço público. Dicotomias: entre política e administração, entre teoria e prática e entre fato e valor. Administração dos valores publicamente definidos (eficiência, democracia, justiça etc).	15



<p>4 – <i>Administração Pública brasileira: modelos e práticas</i></p>	<p>Modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático, gerencialista e da coprodução. Administração pública no Brasil: estrutura da administração pública direta e indireta. As reformas da Administração Pública brasileira e as suas estratégias.</p>	<p>30</p>
<p>5 – <i>Análise de Políticas Públicas</i></p>	<p>Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública.</p>	<p>15</p>
<p>6 – <i>Participação cidadã na Administração Pública optativa</i></p>	<p>Definições de participação. Diferentes modelos de administração pública e a participação cidadã em cada um deles. Tipologias de participação e modelos de coprodução do bem público. Participação na formulação e na gestão de políticas públicas. Métodos participativos de tomada de decisão. Políticas e estratégias de coprodução de bens e serviços públicos em rede. Participação, <i>accountability</i> e aprendizagem social. Dilemas e condições que potencializam ou limitam a participação e a coprodução do bem público.</p>	<p>15</p>
<p>7 – <i>Teoria da Regulação</i></p>	<p>A Concepção de um Estado “Regulador”: o modelo regulatório. Regulação e Estado de direito. Regulação e Estado providência. Estado regulador e suas principais características. As finalidades da regulação. Implicações da implantação do modelo regulatório. Princípios do novo modelo de regulação dos serviços competitivos</p>	<p>30</p>
<p><b>Módulo Instrumental</b></p>		<p><b>285</b></p>

<p>8 – <i>Agências Reguladoras Independentes</i></p>	<p>Estado regulador e agências independentes. A evolução das agências nos EUA. As Agências no Direito Brasileiro. A tripartição dos Poderes. A natureza política da atividade desenvolvida pelas agências. Autonomia das agências e contrato de gestão.</p>	<p>30</p>
<p>9 – <i>Teoria das Concessões de Serviços Públicos</i></p>	<p>Regime constitucional e legal da Concessão de Serviço Público. Tipos legais de concessão de serviço público. Estrutura jurídica da concessão de serviço público. Formalização da concessão. Fiscalização da concessão. Condições do contrato e seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>	<p>30</p>
<p>10 - <i>Licitação em concessões</i></p>	<p>Princípios da licitação e concessões. Modalidades de licitação nas concessões de serviço público. Edital da licitação. Habilitação ou qualificação. Julgamento das propostas. Controle das licitações pelos TCs. Questões polêmicas.</p>	<p>15</p>
<p>11 – <i>Análise de Contratos e fiscalização nas Concessões de Serviço Público</i></p>	<p>Princípios da licitação. Modalidades de licitação nas concessões de serviço público. Edital da licitação. Habilitação ou qualificação. Julgamento das propostas. Formalização da concessão. Fiscalização da concessão. Condições do contrato e seu equilíbrio econômico-financeiro.</p>	<p>30</p>
<p>12 – <i>Negociação e gestão de conflitos</i></p>	<p>Métodos e técnicas em matéria de negociação. Perfil do negociador. Estratégias de negociação. Erros e posturas na negociação. Ética e neutralidade em negociações. Conflitos: conceitos e tipologia. Fatores que favorecem o surgimento de conflitos. A gestão das tensões e dos conflitos no âmbito das equipes. Aspectos da comunicação no serviço público.</p>	<p>15</p>
<p>13 – <i>Regime Jurídico dos Usuários de Serviços Públicos</i></p>	<p>Leis de “Rolland” aos princípios contemporâneos. A situação jurídica do usuário: mecanismos de proteção; serviços públicos no Código de Defesa do Consumidor - CDC; Aplicabilidade do CDC aos serviços públicos.</p>	<p>15</p>

	<p>Usuário como consumidor ou cliente. Novas tendências na tutela dos usuários dos serviços públicos: participação dos usuários na gestão e no controle dos serviços públicos. Concessões contemporâneas orientadas pela noção de concorrência (<i>ex ante</i>, quando das licitações e/ou <i>ex post</i>, quando da exercício do serviço).</p>	
<p>14 – Aspectos de Matemática Financeira voltados às concessões optativa</p>	<p>Tópicos de Matemática Financeira: juros simples e compostos, fluxo de caixa, taxa de juros, valor presente líquido, TIR, TIRM (modificado), Payback, taxa de desconto. Estatística. Custos do capital próprio e do capital de terceiros. Custo médio ponderado de capital (CMPC). Estrutura de capital. Risco e retorno. Análise de projetos em condições de incerteza. Critérios de classificação de projetos de investimentos: VPL, TIR, payback simples e descontado, ILL e Break Even. EVA e MVA. Estimativa de resultados futuros esperados. Análise de viabilidade econômica. Seleção de projetos de investimento e financiamento. Controle e índices de rentabilidade. Indicadores de mercado: P/L.</p>	30
<p>15 – Modelagem Econômico-Financeira nas Concessões optativa</p>	<p>Preparação das demonstrações financeiras para análise e seus objetivos. Critérios de análise das demonstrações contábeis. Análise vertical, análise horizontal, diferenças absolutas e quocientes. Principais indicadores econômico-financeiros. Indicadores de liquidez, estrutura de capital. Rentabilidade e índices operacionais de giro do estoque. Prazo médio de pagamento e prazo médio de recebimento. A importância das notas explicativas. Relatório da Diretoria e Parecer da Auditoria. Modelo integrado de projeção de fluxo de caixa, DRE e balanço patrimonial. Projeção de vendas (sazonalidade de vendas, médias, móveis, tendências, correlação com o PIB, componente cíclico). Movimentação do ativo imobilizado</p>	30

	(novos investimentos, baixas e depreciação). Projeção do custo de produção do período (custo fixo + variável). Projeção da necessidade de capital de giro. Projeção do fluxo de caixa operacional. Movimentação simultânea dos financiamentos de curto prazo com o fluxo de caixa. Cálculo do valor do caixa. Cálculo do valor da empresa/empreendimento com base no Fluxo de Caixa. Determinação de tarifas com base no Fluxo de Caixa. Estudos de casos. Fórmulas de reajustes. Receitas de exploração..	
<i>16 – Projetos públicos: elaboração e gestão</i>	Considerações gerais sobre políticas, programas, projetos públicos no contexto brasileiro; O gestor de programas e projetos públicos: desenvolvimento de competências; As funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação, direção e controle; Eficiência, eficácia e efetividade em programas e projetos públicos. Projetos públicos versus privados. Ferramentas e métodos para elaboração, execução de projetos públicos; Monitoramento e avaliação; Indicadores: conceitos, e tipos; Ciclo da avaliação; Captação de recursos: Exigências atuais e desafios do processo de captação de recursos; Noções básicas de negociação; Estratégias para captação de recursos; Fontes financiadoras e critérios de financiamento; Práticas de sucesso em projetos públicos.	30
<i>17 – Tópicos Especiais: Controle nas Concessões</i>	Função e alcance do controle externo. Palestras e seminários com atores nacionais e internacionais (órgãos concedentes, concessionários, reguladores, agentes, usuários, demais órgãos governamentais) dos setores elétrico, rodoviário, de transporte de passageiros e saneamento. Exemplo prático de auditoria em Concessões e PPP feito pelo TCU (estudos feitos em Brasília). Instruções de Tribunais de Contas relacionadas ao controle em concessão tradicional e PPP's.	60

<p>18 – Tópicos Especiais: Questões Ambientais nas Concessões optativa</p>	<p>Licenciamento Ambiental nas Concessões, com foco no Estado de Direito Ambiental. Encargos do Poder Concedente na preservação do meio ambiente e conservação. Variável ambiental no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.</p>	<p>15</p>
<p>Carga horária total do curso</p>		<p><b>450</b></p>

## b.2) Bibliografia:

<p>1) [Metodologia da pesquisa]</p>
<p>BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.</p> <p>CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. <i>Metodologia científica</i>. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.</p> <p>GIL, A. C. <i>Métodos e técnicas de pesquisa social</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. <i>Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos</i>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>
<p>2) [Metodologia do Ensino Superior]</p>
<p>CUNHA, Maria Isabel. <i>O Professor Universitário na transição dos paradigmas</i>. Araraquara: JM Editora, 1998.</p> <p>MASETTO, Marcos T. <i>Docência universitária</i>. Campinas: Papyrus, 1998.</p> <p>_____. <i>Competência pedagógica do professor universitário</i>. São Paulo: Summus, 2003.</p> <p>MASETTO, Marcos; MORAN, José Manuel; BEHERENS, Marilda. <i>Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica</i>. Campinas, SP: Papyrus Ed., 2000.</p> <p>PERRENOUD, Philippe e outros (Org.). <i>Formando Professores Profissionais</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2001.</p> <p>PERRENOUD, Philippe e outros. <i>As competências para ensinar no século XXI</i>. Porto Alegre: ArtMed, 2002.</p>

PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Lea. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO – *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris, 1998.

### 3) [História do pensamento na Administração Pública]

DENHARDT, Robert B. *Theories of Public Organization*. 4th ed. Belmont. CA: Thomson/Wadsworth, 2004.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 3, p. 479-99, maio-junho 2006.

MAXIMIANO, Antônio C. A. *Teoria geral da administração*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Antonio de Lima. *Teorias da administração*. São Paulo: Saraiva, 2003.

WEBER, Max (1922) *Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. V. 1. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

### 4) [Administração Pública: modelos e práticas]

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

DE PAULA, A. P. P. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAHAM Jr., C. B.; HAYS, S. W. *Para administrar a organização pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

KEINERT, T. M. M. *Administração pública no Brasil: Crises e mudança de paradigmas*. 2. ed. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2007.

TORRES, M. D. de F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

### 5) [Análise de políticas públicas]

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 59, p. 97-109, outubro de 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 51, p. 21-29, fevereiro de 2003.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 212-259, Junho de 2000.

HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Brasília: Editora da UnB, 2009.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*. Toronto: Oxford University Press, 2003.

OLSON, Mancur. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp, 1999.

REZENDE, Flávio da Cunha. Razões da crise de implementação do Estado gerencial: desempenho versus ajuste fiscal. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 19, p. 111-121, nov. 2002.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos*. Mimeo, São Paulo: Cengage, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta Teresa da Silva, MARQUES, Eduardo Cesar (org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

VINING, Aidan R., WEIMER, David L. Introducing policy analysis craft: the sheltered workshop. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 21, n. 4, p. 697-707, 2002.

#### 6) [Participação cidadã na Administração Pública]

ARNSTEIN. Sherry R. Uma escada da participação cidadã. *Participe*. Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação. Ano 2, Nr. 2, p. 4-13, Jan. 2002.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil; uma abordagem tentativa. São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, 38, p. 38-51, Mar. 1996.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Jane Vinzant. The New Public Service: Serving Rather than steering. *Public Administration Review*. Washington: v.60,n.6, p. 549-559, Nov./Dec. 2000.

DOWBOR, Ladislau. *O Novo Contexto da Gestão Local*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROBERTS, Nancy. Public Deliberation in an age of direct citizen participation. *American Review of Public Administration*, V. 34, n.4, p. 315-353, dec 2004.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. *Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação*. XXXIV Encontro Científico de Administração da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, Anais, CD-ROM, 2005.

#### 7) [Teoria da Regulação ]

CARDOZO, José Eduardo Martins; QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Curso de Direito Administrativo Econômico*. V. II. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. *Curso de Direito Administrativo Econômico*. V. III, São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. *Direito Constitucional Regulatório*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. *O Direito das Agências Reguladoras Independentes*. São Paulo: Dialética, 2002.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação da atividade econômica: princípios e fundamentos jurídicos*. 2ª. ed. Malheiros Editores, 2008.

SILVEIRA, Paulo Antônio Caliendo Velloso da. *Direito tributário e análise econômica do direito: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LA SPINA, Antonio. *La Stato Regulatore*. Bologna: Il Mulino, 2000.

#### 8) [Agências Reguladoras Independentes ]

ARAGÃO, Alexandre Santos de. (Coord.et.al.). *O Poder Normativo das Agências Reguladoras*.



Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *Agências reguladoras: e a evolução do direito administrativo econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

\_\_\_\_\_. *Direito dos Serviços Públicos*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BINENBOJM, Gustavo. *Temas de direito administrativo e constitucional: artigos e pareceres*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CARDOZO, José Eduardo Martins; QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Curso de Direito Administrativo Econômico*. V. III. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. *O Direito das Agências Reguladoras Independentes*. São Paulo: Dialética, 2002.

#### **9) [Teoria das Concessões de Serviços Públicos]**

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Concessão de Serviço Público*. 2ª. ed. revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Dialética, 2003.

MOREIRA, Egon Bockmann. *Direito das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

NETO, Benedicto Porto. *Concessão de Serviço Público no Regime da Lei 8.987/1995*. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

WALD, Arnoldo; MORAES, Luíza de; WALD, Alexandre de M. *O Direito de Parceria e a Nova Lei de Concessões*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

#### **10) [Licitações nas Concessões de Serviço Público]**

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Vade-Mécum de Licitações e Contratos*. 4ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 14ª ed.

São Paulo: Dialética, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Licitação e Contrato Administrativo*. 15ª ed. Atualizado por José Emmanuel Burle Filho, Carla Rosado Burle e Luís Fernando Pereira Franchini. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas Licitações e Contratos*. 11ª ed. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2008.

MUKAI, Toshio. *Licitações e Contratos Públicos*. 8ª.ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

#### 11) [Negociação e gestão de conflitos]

ÁLVAREZ, Gladis S. *La mediación y el acceso a justicia*. Buenos Aires: Rubinza, 2003.

ENTELMAN, Remo F. *Teoria general de conflictos: hacia un nuevo paradigma*. 2. ed. Barcelona: Gedisa, 2005.

FISHER, R., URY, W., PATTON, B. *Como chegar ao sim*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

SANTOS, Ricardo Stersi S. *Noções gerais da arbitragem*. Florianópolis: Boiteux, 2004.

#### 12) [Regime Jurídico dos Usuários de Serviços Públicos]

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *O Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Dialética, 2003.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN; Antônio Herman V.; MIRAGEM Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 3ª. ed. revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MOREIRA, Egon Bockmann. *Direito das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

**13) [Aspectos de Matemática Financeira voltados às concessões]**

- ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática financeira e suas aplicações*. 9ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2006.
- BRUNI, Adriano Leal. FAMÁ, Rubens. *A matemática das finanças*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FARO, Clovis de. *Fundamentos da matemática financeira: uma introdução ao cálculo financeiro e à análise de investimentos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- GUERRA, Fernando. *Matemática financeira através da HP 12C*. 2ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- HAZZAN, Samuel e POMPEO, José Nicolau. *Matemática financeira*. 5ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.
- MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática financeira*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- PUCCINI, Abelardo de Lima. *Matemática financeira: objetiva e aplicada*. 8ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- SAMANEZ, Carlos Patrício. *Matemática financeira*. 4ª ed. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2007.
- VERAS, Lilia Ladeira. *Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução a engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

**14) [Modelagem Econômico-Financeira nas Concessões ]**

- CODAS, Manoel. Gerência de projetos – uma reflexão histórica. *Revista de Administração de Empresas*, jan/mar, 1987.
- GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. *Gestão de projetos*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- PMI – Project Management Institute (Editor). *Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos – Guia PMBOK*. Pennsylvania, 2004.
- SCHMITZ, L. C.; ALPERSTEDT, G. D.; MORAES, M. C. B. Gerenciando projetos: uma experiência de aprender fazendo. *Cadernos EBAPE.BR (FGV)*, v. ESP., p. Número Especial, 2008.
- VARGAS, Ricardo. *Manual Prático do Plano de Projeto*. Rio de Janeiro: Brasport, 2003.

**15) [Projetos públicos: elaboração e gestão]**

ARMANI, Domingos. *Como elaborar Projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KEELING, R. *Gestão de projetos: uma abordagem global*. São Paulo: Saraiva, 2006.

KISIL, R. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.

LUSTOSA DA COSTA, Frederico; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP*, 37(5), 969-92, set/out 2003.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *Um Guia do Conjunto de Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)*. 3ª ed. Pensylvania, 2004. Disponível em: <http://www.cos.ufrj.br/~mareas/livros>

TANCREDI, F. B.; KISIL, M. Inovando o Ensino da Gerência de Projetos Sociais. *REAd*. (4) 2 nº 3, nov-dez, 1996.

**16) [Tópicos Especiais: Controle nas Concessões]**

AGUIAR, Ubiratan. *Controle externo: anotações à jurisprudência do tribunal de Contas da União: temas polêmicos*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006.

CÂMARA, Jacintho Arruda. *Tarifa nas Concessões*. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

FREITAS, Juez. *Discricionabilidade administrativa e o direito fundamental à boa administração pública*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

ZYMLER, Benjamin, ALMEIDA, Guilherme H. R. *O controle externo das concessões de serviços públicos e das parcerias público-privadas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

**17) Tópicos Especiais: Questões Ambientais nas Concessões**

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). *Direito*

*Constitucional Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CANOTILHO J.J. Gomes; MOREIRA, Vital. *Constituição da República Portuguesa anotada*, v. 1, 1ª ed. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Coimbra, PT: Coimbra Editora, 2007.

GOMES, Carla Amado. *Constituição e Ambiente: errância e simbolismo*. Coimbra: Editora Coimbra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Direito e Ambiente*. Coimbra: Editora Almedina, 2007.

## **VII. Corpo docente**

---

O corpo docente do curso será constituído a partir de três diretrizes básicas: ser credenciado junto à Comissão de Credenciamento de Docentes da Fundação, ter experiência e expertise na área de conhecimento e a compatibilidade da titulação.

Os professores serão pós-doutores, doutores ou mestres formados nas principais universidades brasileiras e, na maioria, mantém contato com grupos de pesquisa científica, projetos, intercâmbios e atividades voltadas para a construção da cidadania. Poucos possuem especialização, mas possuirão notório saber em sua área de atuação, cujo conhecimento técnico não é oferecido em universidades. Preferencialmente serão convidados professores que já tenham ministrado aulas em cursos oferecidos pela Fundação ENA e que tenham recebido avaliação positiva de seu desempenho.

Os honorários que serão atribuídos aos professores respeitará o Decreto 3.148/2010 do Governo do Estado de Santa Catarina, que fixa critérios para a concessão de honorários de hora-aula na Fundação ENA.

## **VIII. Linhas de Pesquisa**

---

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em *Controle Externo nas Concessões de Serviços Públicos* possui duas linhas de pesquisa:

- Novos paradigmas de gestão e controle das concessões de serviços públicos contemporâneas: propõe-se a realizar estudos sobre as decisões e ações estratégicas que os tribunais de contas desenvolvem para promover mudanças em forma de eficiência e transparência na atuação do controle externo.
- Administração Pública e Políticas Públicas: propõe-se a estudar a estrutura das organizações públicas, as relações entre política e administração pública, as instituições, atores, e os instrumentos das políticas públicas, a formulação, a implementação, avaliação, e, especialmente, a orientação preventiva do controle externo na concessão do serviço público, atribuído constitucionalmente aos tribunais de contas.

## **IX. Metodologia**

---

Os cursos da Fundação ENA são amparados pela vasta experiência da École National d'Administration, l'ENA França, cujo foco é a vinculação entre a ação prática e o conteúdo dos cursos.

A característica que se destaca, do ponto de vista metodológico, é a estreita ligação entre teoria e prática, privilegiando o saber voltado à obtenção de resultados e os estudos de caso, conforme modelo da Escola na França.

As principais metodologias privilegiadas no curso têm como foco à dimensão definida anteriormente.

Considerando que a Fundação ENA tem como finalidade a formação continuada de servidores públicos, numa perspectiva de desenvolvimento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da administração pública, as estratégias e metodologias de ensino precisam ser coerentes com estes aspectos.

Neste sentido, entendemos estratégias de ensino como os meios que o professor utiliza em aula para facilitar/potencializar a aprendizagem dos alunos, desde a organização do espaço, até a preparação dos materiais a serem usados, os recursos audiovisuais, digitais, as técnicas de estudo de casos, os estágios, os jogos de simulação, os trabalhos colaborativos, etc. Entretanto é preciso ressaltar que as estratégias ou

metodologias de ensino adotadas precisam necessariamente serem definidas em função dos objetivos de aprendizagem propostos no Curso, na disciplina.

## **X. Sistema de Avaliação**

---

A aprendizagem e o desempenho dos estudantes serão avaliados por meio de provas e trabalhos escolares de acordo com a programação do professor responsável pela disciplina.

À cada disciplina cursada deverá corresponder uma avaliação de desempenho, que será realizada por meio de provas, trabalhos, resolução de estudos de caso, projetos, atividades práticas, devendo levar em conta o interesse, a participação e a frequência do aluno.

Além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a cada disciplina, o aluno será aprovado se obtiver nota igual ou superior a sete, obedecidos os seguintes critérios:

### **Tabela de equivalência de notas numéricas/conceitos:**

**A** – Excelente, com direito a créditos ( nota 9,0 a 10,0)

**B** – Muito Bom, com direito a créditos ( nota 8,0 a 8,9)

**C** – Bom, com direito a créditos ( nota 7,0 a 7,9)

**D** – Insuficiente, sem direito a créditos (notas 5,0 a 6,9)

**R** – Reprovado, sem direito a créditos (notas zero a 4,9)

**FI** – Frequência Insuficiente

## **XI. Controle da Frequência**

---

A frequência mínima exigida será de 75% (setenta e cinco por cento) para cada disciplina e será controlada por meio de ficha com assinatura, dos alunos e do professor da disciplina.

## **XII. Certificação**

---

Título de Especialista em Controle de Concessões de Serviços Públicos emitido pela Fundação ENA e Certificado de Conclusão do Curso emitido pela mesma instituição aos participantes aprovados.